



CONCURSO PÚBLICO
GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE - PMSE

EDITAL N.º 04/2024

OFICIAL PM - (COMBATENTE)

Duração: 4h (quatro horas)
Leia atentamente as instruções abaixo:

Transcreva a frase abaixo para o quadro “Exame Grafotécnico” do seu Cartão de Respostas
“O sucesso é fruto do estudo e da dedicação”

- 01 Você recebeu do fiscal o seguinte material:
a) Este caderno, com **60 (sessenta)** questões da prova objetiva, sem repetição ou falha, e **prova de redação**, conforme distribuição abaixo:

DIREITO CONSTITUCIONAL	DIREITO PENAL MILITAR	DIREITO PENAL	DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR	DIREITO PROCESSUAL PENAL
1 a 7	8 a 14	15 a 21	22 a 28	29 a 35

DIREITO ADMINISTRATIVO	LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE	CONHECIMENTOS GERAIS SOBRE O ESTADO DE SERGIPE	LEGISLAÇÃO PMSE	REDAÇÃO
36 a 42	43 a 47	48 a 53	54 a 60	

- b) Um cartão de respostas destinado às respostas das questões objetivas, com a **folha da prova de redação** no verso.
- 02 Verifique se o material está em ordem, se o seu nome, RG, cargo e número de inscrição **conferem com os que aparecem no Cartão de Respostas**, marque a letra que corresponde à prova (**A ou B**) conforme o seu caderno de questões. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.
- Exemplo de marcação do cartão resposta: Prova: **A** **B**
- 03 Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do cartão de respostas, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta.
- 04 No cartão de respostas da prova objetiva, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra correspondente ao número da questão e preenchendo todo o espaço interno, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta, de forma contínua e densa.
- Exemplo: **A** **B** **C** **D**
- 05 Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas **4 (quatro) alternativas** classificadas com as letras (A, B, C e D), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar uma alternativa. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.
- 06 O candidato poderá entregar seu cartão de respostas, seu caderno de questões e retirar-se da sala de prova somente depois de decorridas **2 (duas) horas** do início da prova. O candidato que insistir em sair da sala de prova, descumprindo o aqui disposto, deverá assinar o Termo de Ocorrência declarando sua desistência do certame, que será lavrado pelo Coordenador do local.
- 07 **Não** será permitido ao candidato retirar-se do local de prova a qualquer tempo portando o caderno de questões.
- 08 Será fornecida folha específica para rascunho, na qual o candidato poderá anotar manualmente as alternativas marcadas no respectivo cartão de respostas. Ao terminar a prova, o candidato entregará, obrigatoriamente, seu cartão de respostas e o seu caderno de questões ao fiscal da sala, sob pena de eliminação do concurso.
- 09 Reserve os **30 (trinta)** minutos finais para marcar seu cartão de respostas. Os rascunhos e as marcações assinaladas no caderno de questões não serão levados em consideração.
- 10 Os **3 (três)** últimos candidatos permanecerão sentados até que todos concluem a prova ou que termine o seu tempo de duração, devendo assinar a ata de sala e retirar-se juntos.



DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Antonio da Silva, estudante do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado de Sergipe, recebeu a incumbência de apresentar seminário sobre o modelo de controle de constitucionalidade vigente no Direito brasileiro. Após pesquisas, preparou sua apresentação indicando que, inicialmente, foi adotado o modelo utilizado nos Estados Unidos da América conhecido como controle:

- A) direto
- B) incidental
- C) facultativo
- D) concentrado

2. Joel dos Santos, Oficial recém-formado da Polícia Militar do Estado de Sergipe, ao realizar patrulha de rotina, verifica a existência de manifestação em praça pública do município S. Após a visualização inicial, identifica o possível organizador do evento e exige a apresentação de documentos que legitimem o ato. Nos termos da Constituição Federal, o direito de reunião é permitido em locais:

- A) privados somente
- B) públicos, com autorização municipal
- C) privados, mediante pagamento de tarifa
- D) públicos, sem necessidade de autorização

3. João Castro foi aprovado em concurso para ingresso no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado de Sergipe e realizou a matrícula, iniciando os seus estudos. Em uma das disciplinas do curso, foi-lhe apresentado um problema envolvendo dois indivíduos, Caio e Tulio, que alegaram sofrer abuso de autoridade, sendo que Caio teve restringido o direito ambulatorio e Tulio teve negado acesso a autos de determinado processo administrativo. Nos termos da Constituição Federal e da legislação de regência, a solução para o problema consiste em impetração de:

- A) *Habeas Data* para Caio e *Habeas Corpus* para Tulio
- B) Mandado de Segurança para Caio e *Habeas Data* para Tulio
- C) *Habeas Corpus* para Caio e Mandado de Segurança para Tulio
- D) Mandado de Injunção para Caio e Mandado de Segurança para Tulio

4. O cidadão Pedro de Souza promoveu ação popular para proteger o patrimônio público do Estado de Sergipe aduzindo violações praticadas por administradores na gestão de obras públicas. O pedido foi julgado improcedente por carência de provas. Nos termos da Constituição Federal, o autor será:

- A) impossibilitado de promover nova ação popular
- B) responsabilizado civilmente pela falta de provas
- C) condenado em custas e honorários advocatícios
- D) isento de qualquer despesa diante da ausência de má-fé

5. Paulo de Castro foi aprovado em concurso público para ingresso no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado de Sergipe e matriculou-se nas disciplinas operacionais e referentes à legislação aplicável à sua função. Nos termos da Constituição Federal, a segurança pública é dever do Estado e cabe às polícias militares e a polícia:

- A) marítima
- B) judiciária
- C) ostensiva
- D) aeroportuária

6. Jonatan Santoro formou-se, com louvor, no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado de Sergipe realizando, no percurso da sua carreira de Oficial Combatente, diversas especializações. Como consequência das suas habilidades técnicas, iniciou estágio em outros órgãos da Administração Pública para troca de experiências e divulgação do trabalho desempenhado pela corporação. Por força dessa designação, participou de curso ministrado na Presidência da República, quando teve conhecimento das atribuições e responsabilidades do Chefe do Poder Executivo. O Oficial teve ciência de que a Constituição Federal caracteriza crime de responsabilidade quando o Presidente da República praticar ato atentatório:

- A) a costumes internos
- B) à existência da União
- C) a decisão administrativa
- D) à ordem do Presidente do Congresso Nacional

7. Pedro Simões formou-se na Escola de Oficiais da Polícia Militar do Estado de Sergipe e foi designado para realizar curso de negociação em prestigiada universidade americana. Após a conclusão do referido curso, passou a trabalhar em eventos nos quais seu conhecimento deveria ser aplicado, como no caso de sequestros com reféns em perigo. Após decorrido um período, foi indicado para atuar perante órgãos do Poder Legislativo, participando do monitoramento de projetos de interesse da corporação militar. Iniciou sua atividade na Assembleia Legislativa estadual e, depois, integrou-se a grupo composto de militares de todos os estados da federação atuante no Congresso Nacional. No período em que desempenhou as funções perante o Legislativo Federal, dedicou-se ao estudo e à análise das emendas constitucionais. Nos termos da Constituição Federal, é vedada emenda que:

- A) crie Conselho Nacional de Justiça
- B) organize o Tribunal de Contas da União
- C) seja tendente a abolir a forma federativa de Estado
- D) estabeleça Conselho Nacional do Ministério Público

DIREITO PENAL MILITAR

8. Paulo da Silva ingressou no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado de Sergipe, sendo matriculado em várias disciplinas obrigatórias, dentre as quais o Direito Penal Militar. Para aplicação da lei penal militar, considera-se o crime praticado em navio sob comando militar, mesmo no exterior. Aplica-se no caso a denominada territorialidade por:

- A) costume
- B) similitude
- C) analogia
- D) extensão

9. O indivíduo Emerson foi condenado no exterior pelo cometimento de determinado crime e cumpriu pena de dez anos de reclusão. Ao regressar ao Brasil, foi condenado a 20 anos de reclusão pelo mesmo crime praticado em solo estrangeiro. Considerando a pena cumprida no país estrangeiro, de acordo com o Código Penal, nesse caso, a pena a ser imposta no Brasil será:

- A) excluída
- B) acrescida
- C) atenuada
- D) computada

10. O Oficial Eduardo, da Polícia Militar do Estado de Sergipe, é responsável por receber militares estrangeiros para atuar em estágio por força de convênios com outros países amigos. Em determinado momento, um desses militares foi acusado de cometer um crime. Nos termos do Código Penal Militar, não havendo tratados ou convenções internacionais, será aplicada a lei penal:

- A) internacional
- B) militar brasileira
- C) comum nacional
- D) do local do militar estrangeiro

11. Cristiano, militar vinculado à Polícia Militar do Estado de Sergipe, é convocado para atuar como testemunha em processo que tramita no município vizinho ao de sua lotação. Após a apresentação da acusação, o advogado do réu aduz que seu cliente atuou em cumprimento à ordem direta do seu superior. Nos termos do Código Penal Militar, o acusado nesse caso será:

- A) excluído do processo
- B) considerado não culpado
- C) punido por sanção disciplinar
- D) condenado em conjunto com o superior

12. Francisco é instrutor de tiro no Curso de Formação de Oficiais do Estado de Sergipe e aprendeu, ao ler a Constituição Federal, que a pena de morte não é admitida, salvo guerra declarada. Nos termos do Código Penal Militar, a pena de morte será executada por:

- A) fuzilamento
- B) enforcamento
- C) envenenamento
- D) guilhotinamento

13. Humberto atuou como Diretor de Presídio Militar por designação do Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Sergipe. Durante o seu período de gestão, deparou-se com o cumprimento de inúmeras ordens judiciais relacionadas à execução da pena. Nos termos do Código Penal Militar, poderá o réu ser beneficiado com o livramento condicional quando cumprir, dentre outros requisitos, se primário:

- A) metade da pena
- B) um terço da pena
- C) dois terços da pena
- D) um quinto da pena

14. Jorge dos Santos, militar, foi realizar estágio no exterior, em país amigo, diante de convênio de cooperação. No período do seu projeto de cooperação, testemunhou movimento de militares locais que ocuparam quartéis para, com o uso de violência, protestar contra a disciplina imposta pelos superiores. Caso esses fatos tivessem ocorrido no Brasil, nos termos do Código Penal Militar, seria tipificado o crime de:

- A) revolta
- B) motim
- C) revolução
- D) desobediência

DIREITO PENAL

15. De acordo com o Código Penal Brasileiro, ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando, em virtude dela, a execução e:

- A) todos os efeitos da sentença condenatória
- B) os efeitos penais da sentença condenatória
- C) os efeitos penal e civil da sentença condenatória
- D) os efeitos penal e administrativo da sentença condenatória

16. O conceito de crime é o ponto de partida para a compreensão dos principais institutos do Direito Penal (Masson, 2019, p. 153). Sob o aspecto analítico, crime é:

- A) para os que adotam uma posição tripartida, um fato típico, ilícito e culpável
- B) aquilo que assim está rotulado em uma norma penal incriminadora, sob ameaça de pena
- C) toda ação ou omissão humana que lesa ou expõe a perigo de lesão bens jurídicos penalmente tutelados
- D) a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa

17. Um indivíduo que pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se, considera-se em:

- A) legítima defesa
- B) estado de necessidade
- C) exercício regular de direito
- D) estrito cumprimento de dever legal

18. Alexandre, com a intenção de destruir coisa alheia, arremessa uma pedra contra a janela da casa vizinha, mas por acidente acaba atingindo uma criança que passava na frente da janela no exato momento em que a pedra foi arremessada. Nos termos do Código Penal, seria caso de:

- A) erro de tipo
- B) erro de proibição
- C) erro na execução
- D) resultado diverso do pretendido

19. No crime de homicídio, o Código Penal dispõe que:

- A) o juiz poderá deixar de aplicar a pena, na hipótese de homicídio culposo, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária
- B) a pena é aumentada se o crime é cometido contra parente consanguíneo até terceiro grau de policial militar, em razão dessa condição
- C) o juiz pode reduzir a pena se o agente comete o crime sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima
- D) a pena será agravada se o crime for praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança

20. O Código Penal, Decreto-lei nº 2.848/1940, nos crimes contra o patrimônio, define que:

- A) se o criminoso é primário, e é de valor insignificante a coisa furtada, o juiz pode diminuir a pena de um a dois terços
- B) é isento de pena quem comete o crime de roubo em prejuízo do cônjuge, na constância da sociedade conjugal
- C) o crime de apropriação indébita, se for cometido em prejuízo de irmão, somente se procede mediante representação
- D) a pena é aumentada em um terço, se o crime de furto é praticado durante o período da noite



21. De acordo com o Decreto-lei nº 2.848/1940 - Código Penal, o funcionário público que, embora não tenha a posse do valor, o subtrai em proveito próprio, sem se valer de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário, incorre nas penas do crime de:

- A) peculato apropriação
- B) apropriação indébita
- C) peculato furto
- D) furto

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

22. O militar Evandro, vinculado à Polícia Militar do Estado de Sergipe, foi confrontado com interpretação de casos não previstos na legislação. Nos termos do Código de Processo Penal Militar, os casos omissos podem ser supridos, dentre outros, pelos usos e costumes:

- A) civis
- B) locais
- C) militares
- D) universais

23. O militar Pacheco foi comunicado da existência de possíveis fatos delituosos no âmbito da unidade que comandava. Para apurar o evento, instaurou sindicância que constatou efetivamente a realização de situações delituosas. Nos termos do Código de Processo Penal Militar, deverá ser iniciado inquérito policial militar mediante:

- A) ato
- B) decreto
- C) portaria
- D) memorando

24. Ao prestar serviço para a Justiça Militar, sediada em determinado município, o Oficial Nilton é cientificado de que um acusado está em situação de risco. Nos termos do Código de Processo Penal Militar, em benefício da segurança pessoal do acusado, pode ocorrer o:

- A) desmembramento
- B) desaforamento
- C) concurso
- D) conflito

25. O Oficial Marcos, da Polícia Militar do Estado de Sergipe, recebe mandado de busca para cumprimento em determinado local. Nos termos do Código de Processo Penal Militar, a busca domiciliar consistirá na procura material:

- A) no entorno da casa
- B) na vizinhança da casa
- C) portas adentro da casa
- D) indiscriminada no terreno da casa

26. Em determinado processo criminal, a autoridade judiciária verificou que estariam presentes a prova do fato delituoso e indícios de autoria, bem como caracterizada a periculosidade do acusado. De acordo com o Código de Processo Penal Militar, pode ser decretada a:

- A) prisão em flagrante
- B) prisão aquartelada
- C) prisão disciplinar
- D) prisão preventiva

27. Jonas é advogado e atua, preferencialmente, em processos de natureza civil, mas foi designado para atuar, gratuitamente, na defesa do acusado, perante a Justiça Militar. Acompanhou o acusado na audiência de interrogatório. Nos termos do Código de Processo Penal Militar, o interrogatório será feito, obrigatoriamente, pelo:

- A) juiz
- B) Ministério Público
- C) Comandante do local
- D) Oficial mais graduado

28. O militar Adolfo foi acusado do crime de deserção, tendo sido lavrado o termo exigido pela lei. Nos termos do Código de Processo Penal Militar, o termo de deserção tem o caráter de:

- A) investigação preparatória
- B) documentação definitiva
- C) ato facultativo próprio
- D) instrução provisória

DIREITO PROCESSUAL PENAL

29. Conforme previsão contida no Código de Processo Penal, logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:

- A) ouvir e ordenar a identificação do ofendido pelo processo datiloscópico
- B) proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou os costumes
- C) dirigir-se ao local e apreender os objetos que tiverem relação com o fato, antes da chegada dos peritos criminais
- D) colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência, além do nome e do contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa

30. Considerando o disposto no Código de Processo Penal, não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as condições ajustadas cumulativa e alternativamente, não se aplicando:

- A) nos crimes praticados contra a mulher, por razões da condição de sexo feminino, em favor do agressor
- B) se não for cabível transação penal de competência dos Juizados Especiais Criminais, nos termos da lei
- C) se houver elementos probatórios que indiquem conduta criminal habitual, reiterada ou profissional, ainda que insignificantes as infrações penais pretéritas
- D) caso o agente tenha sido beneficiado nos 5 (cinco) anos anteriores ao cometimento da infração, em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional da pena

31. O Código de Processo Penal estabeleceu, em relação às provas, que:

- A) o juiz não poderá fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, nas provas cautelares, não repetíveis e antecipadas
- B) são inadmissíveis as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais, devendo ser anulado o processo
- C) o início da cadeia de custódia dá-se com a preservação do local de crime ou com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de vestígio
- D) é proibida a entrada em locais isolados, bem como a remoção de quaisquer vestígios de locais de crime antes da liberação por parte da autoridade policial responsável, sendo tipificada como fraude processual a sua realização

32. De acordo com o Código de Processo Penal, a busca poderá ser domiciliar ou pessoal, devendo:

- A) a busca em mulher ser feita por outra mulher, ainda que importe retardamento ou prejuízo da diligência
- B) a busca, em casa habitada, ser feita de modo que não moleste os moradores mais do que o indispensável para o êxito da diligência
- C) o mandado de busca indicar, de forma expressa e precisa, a casa em que será realizada a diligência e o nome do respectivo proprietário ou morador
- D) a porta ser arrombada e a entrada forçada quando ausentes os moradores, sendo imprescindível a presença de vizinho para assistir à diligência

33. As medidas cautelares previstas no Código de Processo Penal deverão ser aplicadas observando-se a:

- A) razoabilidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal
- B) adequação da medida à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do ofendido
- C) intimação da parte contrária, para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias, ressalvados os casos de urgência ou de perigo de ineficácia da medida
- D) proibição do emprego de força no caso de resistência ou de tentativa de fuga do preso

34. A audiência de custódia, prevista tanto no Pacto de São José da Costa Rica quanto no Código de Processo Penal, assegura que toda pessoa detida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz, sem prejuízo de que prossiga o processo, e, nessa audiência, o juiz deverá, fundamentadamente,:

- A) conceder ao acusado liberdade provisória, mediante termo de comparecimento obrigatório a todos os atos processuais, sob pena de revogação, se verificar, pelo auto de prisão em flagrante, que o agente praticou o fato em qualquer das condições discriminantes previstas no art. 23 do Código Penal
- B) designar dia e hora para a audiência, ordenando a intimação do acusado, de seu defensor, do Ministério Público e, se for o caso, do querelante e do assistente na hipótese de recebimento da denúncia ou queixa
- C) proceder à tomada de declarações do ofendido, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, bem como aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado
- D) revisar a necessidade de manutenção da prisão preventiva, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal

35. Sobre o tema prisão, o Código de Processo Penal estabelece que:

- A) a decretação da prisão preventiva será admitida nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima igual ou superior a 4 (quatro) anos
- B) o juiz não poderá, de ofício, revogar a prisão preventiva se, no correr da investigação ou do processo, verificar a falta de motivo para que ela subsista
- C) considera-se em flagrante delito próprio quem é encontrado pela autoridade em situação que faça presumir ser autor da infração
- D) nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência

DIREITO ADMINISTRATIVO

36. Quando o Estado provoca prejuízo a terceiro em virtude de comportamento omissivo, para que haja reparação do dano é preciso observar requisitos específicos. Aplica-se a seguinte teoria na aplicação da responsabilidade civil quando há descumprimento do dever genérico de ação do Estado:

- A) risco integral
- B) culpa integral
- C) risco administrativo
- D) culpa administrativa

37. O controle dos atos administrativo pode ser feito em diferentes esferas. No âmbito jurisdicional, o instrumento judicial que pode ser proposto pelo cidadão e o permite controlar a legalidade de atos administrativos e proteger o patrimônio público, o meio ambiente, a moralidade administrativa e o patrimônio histórico e cultural é:

- A) a Ação Popular
- B) o *Habeas Corpus*
- C) a Ação Civil Pública
- D) a Ação de Improbidade

38. As ilhas são bens públicos que podem ser classificadas em categorias de acordo com a sua localização, implicando em diferentes titularidades. Em regra, as ilhas fluviais e lacustres pertencem:

- A) à União
- B) ao estado
- C) à federação
- D) ao município

39. O agir com ética, honestidade, probidade e boa-fé é um dever que compõe a moralidade administrativa. Nesse sentido, viola o princípio da moralidade:

- A) o pagamento de adicional noturno ao servidor público inativo
- B) a nomeação do cônjuge de prefeito para o cargo de Secretário Municipal
- C) o ato normativo municipal que dispõe sobre a participação em licitação de ocupantes de cargo em comissão
- D) a publicidade das campanhas dos órgãos públicos com caráter educativo em que constem nomes de autoridades ou personalidades cuja fama goze de notoriedade

40. O processo administrativo objetiva esclarecer fatos e aplicar sanções disciplinares, uma vez apurada a responsabilidade de servidores públicos por irregularidades. O seguinte entendimento é aplicado na esfera processual administrativa disciplinar:

- A) É dispensável a presença de advogado em todas as fases do processo administrativo disciplinar
- B) A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar prescinde da exposição detalhada dos fatos a serem apurados
- C) É constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo
- D) Ainda que robustamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é vedada a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima

41. A estrutura da administração é integrada por órgãos que desempenham funções públicas por meio de seus agentes. É um traço dessa unidade de competência que desempenha função estatal:

- A) possuir personalidade jurídica
- B) existir apenas na Administração Indireta
- C) ser criado a partir da descentralização administrativa
- D) apresentar em sua gênese a finalidade da especialização de funções administrativas

42. As formas de provimento de cargo público podem ser divididas em originárias e derivadas. Nestas existe a que advém da invalidação por sentença judicial da demissão do servidor estável. Tal hipótese é denominada como:

- A) reversão
- B) recondução
- C) reintegração
- D) reaproveitamento

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

43. Alfredo possui legalmente uma arma de uso restrito, devidamente registrada em seu nome. Seu vizinho Bonifácio pede a arma emprestada, pois deseja matar um cachorro que late durante toda a noite. Alfredo, que eventualmente também é incomodado pelo animal, concorda e cede a arma temporariamente ao vizinho. Como agradecimento, Bonifácio dá a Alfredo a quantia de R\$ 200,00. A morte do cachorro não chega a ser executada, uma vez que Bonifácio desiste da ação, devolvendo a arma. Nesse contexto, Alfredo praticou o crime de:

- A) porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, que é um crime hediondo
- B) porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, que não é um crime hediondo.
- C) comércio ilegal de arma de fogo, que é um crime hediondo
- D) comércio ilegal de arma de fogo, que não é um crime hediondo.

44. Deolindo compra cocaína para consumo pessoal. Ao fazer uso de parte da substância em frente a uma escola, é abordado por um dos alunos, um adolescente de 12 anos de idade, que até então não o conhecia. O adolescente pede para usar a droga em conjunto com Deolindo, que assim permite, entregando-lhe a parte da substância que ainda não consumira. O adolescente recebe a droga, mas não chega a usá-la, pois policiais militares aparecem no local e prendem Deolindo. Nesse contexto, Deolindo praticou crime de:

- A) tráfico de drogas (art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006), sem aumento da pena
- B) tráfico de drogas (art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006), com aumento da pena
- C) oferecimento de droga para consumo conjunto (art. 33, § 3º, da Lei nº 11.343/2006), sem aumento da pena
- D) oferecimento de droga para consumo conjunto (art. 33, § 3º, da Lei nº 11.343/2006), com aumento da pena

45. A Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) apresenta diversos tipos de crimes sexuais, em que a vítima é uma criança ou um adolescente. Entre os delitos previstos no diploma especial, encontramos:

- A) facilitar o acesso de uma criança a material contendo cena de sexo explícito, com a finalidade de com ela praticar ato libidinoso; aliciar criança, por qualquer meio de comunicação, com o fim de com ela praticar ato libidinoso; armazenar vídeo que contenha cena pornográfica envolvendo adolescente.
- B) aliciar criança, por qualquer meio de comunicação, com o fim de com ela praticar ato libidinoso; armazenar vídeo que contenha cena pornográfica envolvendo adolescente; adulterar arquivo de áudio, simulando a participação de criança em evento de sexo explícito.
- C) armazenar vídeo que contenha cena pornográfica envolvendo adolescente; facilitar o acesso de uma criança a material contendo cena de sexo explícito, com a finalidade de com ela praticar ato libidinoso; adulterar arquivo de áudio, simulando a participação de criança em evento de sexo explícito.
- D) adulterar arquivo de áudio, simulando a participação de criança em evento de sexo explícito; aliciar criança, por qualquer meio de comunicação, com o fim de com ela praticar ato libidinoso; facilitar o acesso de uma criança a material contendo cena de sexo explícito, com a finalidade de com ela praticar ato libidinoso.

46. Marcílio violou medida protetiva de urgência fixada, com base no art. 12-C da Lei nº 11.340/2006, pelo delegado de Polícia Civil de sua cidade. Na ocasião, ainda agrediu a vítima, sua esposa, que era protegida pela medida, lesionando-a levemente. Analisando o caso proposto, Marcílio:

- A) ao descumprir a medida protetiva, cometeu crime previsto na Lei nº 11.340/2006, mas a lesão não configura crime previsto nessa mesma lei
- B) ao lesionar a vítima, cometeu crime previsto na Lei nº 11.340/2006, mas o descumprimento da medida protetiva não configura crime previsto nessa mesma lei
- C) seja ao descumprir a medida protetiva, seja ao lesionar a vítima, cometeu crimes previstos na lei nº 11.340/2006
- D) seja ao descumprir a medida protetiva, seja ao lesionar a vítima, não cometeu crimes previstos na lei nº 11.340/2006



47. Homero, motivado pelo gênero da vítima, constrange ilegalmente Artemis, com quem namora há um ano, com isso praticando crime do art. 146 do CP, cuja pena é de detenção, de três meses a um ano, ou multa. Nessa toada, Homero:

- A) poderá ser beneficiado pelo instituto da transação penal
- B) poderá ser beneficiado pelo instituto da suspensão condicional do processo
- C) não poderá ser beneficiado nem pela transação penal, nem pela suspensão condicional do processo
- D) poderá ser beneficiado pela transação penal e pela suspensão condicional do processo, sucessivamente

CONHECIMENTOS GERAIS SOBRE O ESTADO DE SERGIPE

48. A etnia indígena remanescente em Sergipe teve sua demarcação de terra consolidada em fins do século XX. Isto ocorreu no município de Porto da Folha, nas áreas de Caiçara e Ilha de São Pedro, que passou a ser formalmente o território dos:

- A) Jê
- B) Xokó
- C) Cariri
- D) Uruma

49. A capitania de Sergipe del Rei foi fundada por Cristóvão de Barros em 1590, após:

- A) aliar-se a alguns povos indígenas e derrotar a resistência de nativos e franceses
- B) expulsar os holandeses com auxílio de todos os povos indígenas da região
- C) formar-se um grupo de colônias açorianas em toda a extensão da futura capitania
- D) ocupar o território sem nenhuma contestação ou conflito

50. Dentre as manifestações culturais sergipanas provenientes de tradições folclóricas, podemos destacar:

- A) Maculelê e Jongo
- B) Reinado e Macumbi
- C) Lambe-Sujo e Caboclinho
- D) Bumba meu boi e Cavalgada

51. Entre os Censos de 2010 e 2022, a população da Região Metropolitana de Aracaju, composta por quatro municípios, apresentou um crescimento superior a 10%. Por outro lado, a população de Aracaju, capital do estado e principal município da região, cresceu pouco mais de 5%. Essa diferença no ritmo de crescimento populacional pode ser explicada pelo(a):

- A) facilidade de acesso à moradia pelo baixo preço do solo urbano na capital
- B) fluxo de migrantes mais intenso para os municípios limítrofes a Aracaju
- C) entrave público existente na capital, que dificultou a recepção de migrantes
- D) segregação socioespacial presente nos demais municípios da região metropolitana

52. A economia do estado do Sergipe, com sua pequena dimensão territorial em comparação às demais unidades federativas do país, é uma das mais modestas do Brasil. Um desafio enfrentado pelo estado e uma possível solução são, respectivamente:

- A) o aproveitamento do potencial turístico do litoral e a retificação das falésias para controlar a erosão marinha
- B) a dependência hídrica da Amazônia e a arborização das margens hídricas da Bacia do rio São Francisco
- C) a macrocefalia urbana da capital e a remoção dos aglomerados subnormais para as periferias
- D) a hipertrofia do setor terciário e a atração de investimentos voltados à geração de empregos formais

53. Sergipe, a segunda menor unidade federativa do Brasil, é composta por 75 municípios. Apesar de suas reduzidas dimensões territoriais, ao longo da história e conforme os critérios adotados, diversas regionalizações foram propostas para o estado. Com relação à divisão regional definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que organiza Sergipe em regiões geográficas intermediárias e imediatas, é possível afirmar a existência de:

- A) duas regiões geográficas intermediárias (Propriá e Lagarto)
- B) duas regiões geográficas intermediárias (Aracaju e Itabaiana)
- C) cinco regiões geográficas imediatas (Estância, Propriá, Itabaiana, Lagarto, Nossa Senhora da Glória)
- D) seis regiões geográficas imediatas (Aracaju, Estância, Propriá, Itabaiana, Lagarto, Nossa Senhora do Socorro)

LEGISLAÇÃO PMSE

54. Ao policial militar poderá ser concedida licença nas hipóteses previstas no Estatuto da corporação. A concessão de licença para tratar de interesse particular:

- A) não implicará prejuízo na remuneração nem na contagem do tempo de efetivo serviço
- B) é prejudicada pelo gozo anterior de licença especial e de licença concedida para tratamento de saúde
- C) é conferida ao policial militar com mais de dez (10) anos de efetivo serviço para seu afastamento total
- D) não poderá ser interrompida para cumprimento da punição disciplinar, conforme regulado pelo Comandante-Geral da Polícia Militar

55. Indenização é o quantitativo em dinheiro devido ao servidor militar para ressarcimento de despesas episódicas decorrentes do exercício de sua atividade. A diária é uma modalidade de indenização que:

- A) é devida em função das movimentações de residência do servidor por interesse do serviço
- B) quando devida em função da alimentação do servidor, inclui os dias de partida e de chegada
- C) é destinada para custear despesas de viagem e de mudança de instalação, sempre que ocorrer por interesse do serviço
- D) será concedida quando o militar deslocar-se para realizar curso profissional da carreira e de interesse do serviço fora do Estado

56. A Consultoria Jurídica é um órgão de direção da Polícia Militar do Estado de Sergipe que constitui o comando geral da corporação. A Consultoria Jurídica:

- A) é chefiada pelo Subcomandante Geral da Polícia Militar do Estado de Sergipe
- B) está inserida na estrutura da Ajudância Geral da Polícia Militar do Estado de Sergipe
- C) deve assessorar o Comando Geral por ocasião de inspeções, correições e auditorias que tenham como objetivo a PM/SE
- D) tem entre suas atribuições fiscalizar, julgar e impor sanções quanto às infrações disciplinares cometidas por integrantes da Corporação

57. Os círculos hierárquicos e a escala hierárquica na Polícia Militar são fixados de modo que, entre os praças especiais, existem aqueles que frequentam assiduamente o Círculo de Oficiais Subalternos. Trata-se dos:

- A) alunos-oficiais PM
- B) aspirantes a oficial PM
- C) aluno do curso de formação de sargentos PM
- D) alunos dos cursos de formação de cabos e soldados PM

58. O Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Sergipe tem por finalidade definir, especificar e classificar as transgressões disciplinares, além de estabelecer normas relativas a sanções disciplinares, conceitos, recursos, recompensas, bem como acerca do Procedimento Administrativo Disciplinar no âmbito das Corporações Militares Estaduais. A lei determina que é uma transgressão disciplinar de natureza grave:

- A) dormir em serviço, em situação que não caracterize infração penal, salvo quando devidamente autorizado
- B) utilizar-se do anonimato ou envolver indevidamente o nome de outrem para esquivar-se de responsabilidade
- C) deixar de cumprir ordem legal ou atribuir a outrem, fora dos casos legalmente previstos, o desempenho de atividade que lhe competir
- D) apresentar-se em trajes civis, mal uniformizado ou com este em más condições de conservação para ato de serviço ou em qualquer situação que exija o uso do uniforme

59. As sanções disciplinares serão aplicadas conforme a natureza, a graduação e as circunstâncias da transgressão. A medida excepcional, de conveniência da administração, que culmina no afastamento do militar, de ofício, do serviço ativo da Corporação, pelo reiterado cometimento de faltas ou pela sua gravidade, quando contar pelo menos 20 (vinte) anos de efetivo serviço, é chamada de:

- A) reforma disciplinar
- B) licenciamento a bem da disciplina
- C) destituição de função ou comissão
- D) suspensão das atividades militares

60. A pensão militar é deferida em processo de habilitação junto à entidade gestora do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado de Sergipe, com base na declaração de beneficiários preenchida em vida pelo segurado a partir de uma ordem determinada de prioridade. Integra a terceira ordem de prioridade o:

- A) pai e a mãe dependente economicamente do militar
- B) tio, a tia e primos dependentes economicamente do militar
- C) irmão órfão dependente economicamente do militar até 18 anos de idade
- D) irmão órfão dependente economicamente do militar até 24 anos de idade, se estudante universitário

RASCUNHO

REDAÇÃO

Leia os textos a seguir:

Texto 1

Art. 144 – “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”

Fonte: *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 22/11/2024

Texto 2

“Pela nossa Constituição de 1988, segurança pública é um direito fundamental e condição essencial para o exercício pleno da cidadania, com liberdade, equidade racial e de gênero; paz e valorização da vida e do meio ambiente. E, como direito, segurança precisa se traduzir em políticas públicas que se guiem pelos princípios da transparência, da participação social e do uso da Ciência para a redução de todas as formas de violência e desigualdades. Diante de tais premissas, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP defende reformas estruturais para a construção de um sistema de governança da segurança pública verdadeiramente eficiente, cidadão e democrático. Isso porque, a despeito das mudanças incrementais verificadas nas últimas décadas, que aumentaram a eficiência operacional e tecnológica das forças de segurança do país, a persistência de opções político-institucionais que valorizam um modelo de segurança reativo, reprodutor de violências e inequidades e/ou que foca no combate bélico do crime e ao delinquente, impede que o tema seja tratado como uma política social universal e que precisa atingir toda população brasileira”

Fonte: *Segurança Pública como Direito Fundamental: diretrizes e propostas*. Texto adaptado. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/direito-fundamental-diretrizes-propostas-v10.pdf>. Acesso em 22/11/2024

A segurança pública é um direito constitucional, assegurado a todos os cidadãos brasileiros. Perante as mais diversas situações, é fundamental que o policial militar esteja muito bem preparado para conduzir os desafios do seu trabalho da melhor forma possível. Com base nos textos apresentados e em sua reflexão, produza uma redação dissertativo-argumentativa com base na seguinte questão:

Como promover um modelo eficiente e cidadão de segurança pública?

Orientações:

1. A redação deverá ter, no mínimo, **20 (vinte) linhas** e, no máximo, **30 (trinta) linhas**. As redações com extensão inferior a **20 (linhas)** serão zeradas.
2. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado e/ou que tiver extensão superior a **30 (trinta) linhas**.
3. A redação não poderá conter cópia dos textos motivadores.
4. Redija o texto com caneta esferográfica azul ou preta.
5. Utilize a norma-padrão da língua portuguesa.
6. A escrita deve ser legível. A redação ilegível receberá nota ZERO.
7. NÃO pule linhas e não dê espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos.
8. Transcreva o seu texto, à caneta, para a FOLHA DE REDAÇÃO, pois o rascunho NÃO será considerado para a correção.
9. Qualquer fragmento de texto fora do local indicado para a folha de redação será desconsiderado.
10. NÃO assine nem rubrique a FOLHA DE REDAÇÃO. Qualquer escrita, sinal, desenho, marca ou símbolo que possibilite a identificação do candidato é passível de nota ZERO.

Pontuação máxima: 60 pontos.



RASCUNHO DA REDAÇÃO
MÁXIMO DE 30 LINHAS

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	

RASCUNHO



CONCURSO PÚBLICO
GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE - PMSE

EDITAL N.º 04/2024

OFICIAL PM - (COMBATENTE)

Duração: 4h (quatro horas)

Leia atentamente as instruções abaixo:

Transcreva a frase abaixo para o quadro “Exame Grafotécnico” do seu Cartão de Respostas
“O sucesso é fruto do estudo e da dedicação”

- 01 Você recebeu do fiscal o seguinte material:
a) Este caderno, com **60 (sessenta)** questões da prova objetiva, sem repetição ou falha, e **prova de redação**, conforme distribuição abaixo:

DIREITO CONSTITUCIONAL	DIREITO PENAL MILITAR	DIREITO PENAL	DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR	DIREITO PROCESSUAL PENAL
1 a 7	8 a 14	15 a 21	22 a 28	29 a 35

DIREITO ADMINISTRATIVO	LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE	CONHECIMENTOS GERAIS SOBRE O ESTADO DE SERGIPE	LEGISLAÇÃO PMSE	REDAÇÃO
36 a 42	43 a 47	48 a 53	54 a 60	

- b) Um cartão de respostas destinado às respostas das questões objetivas, com a **folha da prova de redação** no verso.
- 02 Verifique se o material está em ordem, se o seu nome, RG, cargo e número de inscrição **conferem com os que aparecem no Cartão de Respostas**, marque a letra que corresponde à prova (**A ou B**) conforme o seu caderno de questões. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.
- Exemplo de marcação do cartão resposta: Prova: **A** **B**
- 03 Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do cartão de respostas, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta.
- 04 No cartão de respostas da prova objetiva, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra correspondente ao número da questão e preenchendo todo o espaço interno, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta, de forma contínua e densa.
- Exemplo: **A** **B** **C** **D**
- 05 Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas **4 (quatro) alternativas** classificadas com as letras (A, B, C e D), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar uma alternativa. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.
- 06 O candidato poderá entregar seu cartão de respostas, seu caderno de questões e retirar-se da sala de prova somente depois de decorridas **2 (duas) horas** do início da prova. O candidato que insistir em sair da sala de prova, descumprindo o aqui disposto, deverá assinar o Termo de Ocorrência declarando sua desistência do certame, que será lavrado pelo Coordenador do local.
- 07 **Não** será permitido ao candidato retirar-se do local de prova a qualquer tempo portando o caderno de questões.
- 08 Será fornecida folha específica para rascunho, na qual o candidato poderá anotar manualmente as alternativas marcadas no respectivo cartão de respostas. Ao terminar a prova, o candidato entregará, obrigatoriamente, seu cartão de respostas e o seu caderno de questões ao fiscal da sala, sob pena de eliminação do concurso.
- 09 Reserve os **30 (trinta)** minutos finais para marcar seu cartão de respostas. Os rascunhos e as marcações assinaladas no caderno de questões não serão levados em consideração.
- 10 Os **3 (três)** últimos candidatos permanecerão sentados até que todos concluem a prova ou que termine o seu tempo de duração, devendo assinar a ata de sala e retirar-se juntos.



DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Jonatan Santoro formou-se, com louvor, no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado de Sergipe realizando, no percurso da sua carreira de Oficial Combatente, diversas especializações. Como consequência das suas habilidades técnicas, iniciou estágio em outros órgãos da Administração Pública para troca de experiências e divulgação do trabalho desempenhado pela corporação. Por força dessa designação, participou de curso ministrado na Presidência da República, quando teve conhecimento das atribuições e responsabilidades do Chefe do Poder Executivo. O Oficial teve ciência de que a Constituição Federal caracteriza crime de responsabilidade quando o Presidente da República praticar ato atentatório:

- A) a costumes internos
- B) à existência da União
- C) a decisão administrativa
- D) à ordem do Presidente do Congresso Nacional

2. Paulo de Castro foi aprovado em concurso público para ingresso no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado de Sergipe e matriculou-se nas disciplinas operacionais e referentes à legislação aplicável à sua função. Nos termos da Constituição Federal, a segurança pública é dever do Estado e cabe às polícias militares e a polícia:

- A) marítima
- B) judiciária
- C) ostensiva
- D) aeroportuária

3. Antonio da Silva, estudante do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado de Sergipe, recebeu a incumbência de apresentar seminário sobre o modelo de controle de constitucionalidade vigente no Direito brasileiro. Após pesquisas, preparou sua apresentação indicando que, inicialmente, foi adotado o modelo utilizado nos Estados Unidos da América conhecido como controle:

- A) direto
- B) incidental
- C) facultativo
- D) concentrado

4. Joel dos Santos, Oficial recém-formado da Polícia Militar do Estado de Sergipe, ao realizar patrulha de rotina, verifica a existência de manifestação em praça pública do município S. Após a visualização inicial, identifica o possível organizador do evento e exige a apresentação de documentos que legitimem o ato. Nos termos da Constituição Federal, o direito de reunião é permitido em locais:

- A) privados somente
- B) públicos, com autorização municipal
- C) privados, mediante pagamento de tarifa
- D) públicos, sem necessidade de autorização

5. Pedro Simões formou-se na Escola de Oficiais da Polícia Militar do Estado de Sergipe e foi designado para realizar curso de negociação em prestigiada universidade americana. Após a conclusão do referido curso, passou a trabalhar em eventos nos quais seu conhecimento deveria ser aplicado, como no caso de sequestros com reféns em perigo. Após decorrido um período, foi indicado para atuar perante órgãos do Poder Legislativo, participando do monitoramento de projetos de interesse da corporação militar. Iniciou sua atividade na Assembleia Legislativa estadual e, depois, integrou-se a grupo composto de militares de todos os estados da federação atuante no Congresso Nacional. No período em que desempenhou as funções perante o Legislativo Federal, dedicou-se ao estudo e à análise das emendas constitucionais. Nos termos da Constituição Federal, é vedada emenda que:

- A) crie Conselho Nacional de Justiça
- B) organize o Tribunal de Contas da União
- C) seja tendente a abolir a forma federativa de Estado
- D) estabeleça Conselho Nacional do Ministério Público

6. João Castro foi aprovado em concurso para ingresso no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado de Sergipe e realizou a matrícula, iniciando os seus estudos. Em uma das disciplinas do curso, foi-lhe apresentado um problema envolvendo dois indivíduos, Caio e Tulio, que alegaram sofrer abuso de autoridade, sendo que Caio teve restringido o direito ambulatorio e Tulio teve negado acesso a autos de determinado processo administrativo. Nos termos da Constituição Federal e da legislação de regência, a solução para o problema consiste em impetração de:

- A) *Habeas Data* para Caio e *Habeas Corpus* para Tulio
- B) Mandado de Segurança para Caio e *Habeas Data* para Tulio
- C) *Habeas Corpus* para Caio e Mandado de Segurança para Tulio
- D) Mandado de Injunção para Caio e Mandado de Segurança para Tulio

7. O cidadão Pedro de Souza promoveu ação popular para proteger o patrimônio público do Estado de Sergipe aduzindo violações praticadas por administradores na gestão de obras públicas. O pedido foi julgado improcedente por carência de provas. Nos termos da Constituição Federal, o autor será:

- A) impossibilitado de promover nova ação popular
- B) responsabilizado civilmente pela falta de provas
- C) condenado em custas e honorários advocatícios
- D) isento de qualquer despesa diante da ausência de má-fé

DIREITO PENAL MILITAR

8. Francisco é instrutor de tiro no Curso de Formação de Oficiais do Estado de Sergipe e aprendeu, ao ler a Constituição Federal, que a pena de morte não é admitida, salvo guerra declarada. Nos termos do Código Penal Militar, a pena de morte será executada por:

- A) fuzilamento
- B) enforcamento
- C) envenenamento
- D) guilhotinamento



9. Jorge dos Santos, militar, foi realizar estágio no exterior, em país amigo, diante de convênio de cooperação. No período do seu projeto de cooperação, testemunhou movimento de militares locais que ocuparam quartéis para, com o uso de violência, protestar contra a disciplina imposta pelos superiores. Caso esses fatos tivessem ocorrido no Brasil, nos termos do Código Penal Militar, seria tipificado o crime de:

- A) revolta
- B) motim
- C) revolução
- D) desobediência

10. Humberto atuou como Diretor de Presídio Militar por designação do Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Sergipe. Durante o seu período de gestão, deparou-se com o cumprimento de inúmeras ordens judiciais relacionadas à execução da pena. Nos termos do Código Penal Militar, poderá o réu ser beneficiado com o livramento condicional quando cumprir, dentre outros requisitos, se primário:

- A) metade da pena
- B) um terço da pena
- C) dois terços da pena
- D) um quinto da pena

11. O Oficial Eduardo, da Polícia Militar do Estado de Sergipe, é responsável por receber militares estrangeiros para atuar em estágio por força de convênios com outros países amigos. Em determinado momento, um desses militares foi acusado de cometer um crime. Nos termos do Código Penal Militar, não havendo tratados ou convenções internacionais, será aplicada a lei penal:

- A) internacional
- B) militar brasileira
- C) comum nacional
- D) do local do militar estrangeiro

12. O indivíduo Emerson foi condenado no exterior pelo cometimento de determinado crime e cumpriu pena de dez anos de reclusão. Ao regressar ao Brasil, foi condenado a 20 anos de reclusão pelo mesmo crime praticado em solo estrangeiro. Considerando a pena cumprida no país estrangeiro, de acordo com o Código Penal, nesse caso, a pena a ser imposta no Brasil será:

- A) excluída
- B) acrescida
- C) atenuada
- D) computada

13. Paulo da Silva ingressou no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado de Sergipe, sendo matriculado em várias disciplinas obrigatórias, dentre as quais o Direito Penal Militar. Para aplicação da lei penal militar, considera-se o crime praticado em navio sob comando militar, mesmo no exterior. Aplica-se no caso a denominada territorialidade por:

- A) costume
- B) similitude
- C) analogia
- D) extensão

14. Cristiano, militar vinculado à Polícia Militar do Estado de Sergipe, é convocado para atuar como testemunha em processo que tramita no município vizinho ao de sua lotação. Após a apresentação da acusação, o advogado do réu aduz que seu cliente atuou em cumprimento à ordem direta do seu superior. Nos termos do Código Penal Militar, o acusado nesse caso será:

- A) excluído do processo
- B) considerado não culpado
- C) punido por sanção disciplinar
- D) condenado em conjunto com o superior

DIREITO PENAL

15. No crime de homicídio, o Código Penal dispõe que:

- A) o juiz poderá deixar de aplicar a pena, na hipótese de homicídio culposo, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária
- B) a pena é aumentada se o crime é cometido contra parente consanguíneo até terceiro grau de policial militar, em razão dessa condição
- C) o juiz pode reduzir a pena se o agente comete o crime sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima
- D) a pena será agravada se o crime for praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança

16. Um indivíduo que pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se, considera-se em:

- A) legítima defesa
- B) estado de necessidade
- C) exercício regular de direito
- D) estrito cumprimento de dever legal

17. O Código Penal, Decreto-lei nº 2.848/1940, nos crimes contra o patrimônio, define que:

- A) se o criminoso é primário, e é de valor insignificante a coisa furtada, o juiz pode diminuir a pena de um a dois terços
- B) é isento de pena quem comete o crime de roubo em prejuízo do cônjuge, na constância da sociedade conjugal
- C) o crime de apropriação indébita, se for cometido em prejuízo de irmão, somente se procede mediante representação
- D) a pena é aumentada em um terço, se o crime de furto é praticado durante o período da noite

18. De acordo com o Decreto-lei nº 2.848/1940 - Código Penal, o funcionário público que, embora não tenha a posse do valor, o subtrai em proveito próprio, sem se valer de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário, incorre nas penas do crime de:

- A) peculato apropriação
- B) apropriação indébita
- C) peculato furto
- D) furto



19. De acordo com o Código Penal Brasileiro, ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando, em virtude dela, a execução e:

- A) todos os efeitos da sentença condenatória
- B) os efeitos penais da sentença condenatória
- C) os efeitos penal e civil da sentença condenatória
- D) os efeitos penal e administrativo da sentença condenatória

20. O conceito de crime é o ponto de partida para a compreensão dos principais institutos do Direito Penal (Masson, 2019, p. 153). Sob o aspecto analítico, crime é:

- A) para os que adotam uma posição tripartida, um fato típico, ilícito e culpável
- B) aquilo que assim está rotulado em uma norma penal incriminadora, sob ameaça de pena
- C) toda ação ou omissão humana que lesa ou expõe a perigo de lesão bens jurídicos penalmente tutelados
- D) a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa

21. Alexandre, com a intenção de destruir coisa alheia, arremessa uma pedra contra a janela da casa vizinha, mas por acidente acaba atingindo uma criança que passava na frente da janela no exato momento em que a pedra foi arremessada. Nos termos do Código Penal, seria caso de:

- A) erro de tipo
- B) erro de proibição
- C) erro na execução
- D) resultado diverso do pretendido

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

22. O Oficial Marcos, da Polícia Militar do Estado de Sergipe, recebe mandado de busca para cumprimento em determinado local. Nos termos do Código de Processo Penal Militar, a busca domiciliar consistirá na procura material:

- A) no entorno da casa
- B) na vizinhança da casa
- C) portas adentro da casa
- D) indiscriminada no terreno da casa

23. Jonas é advogado e atua, preferencialmente, em processos de natureza civil, mas foi designado para atuar, gratuitamente, na defesa do acusado, perante a Justiça Militar. Acompanhou o acusado na audiência de interrogatório. Nos termos do Código de Processo Penal Militar, o interrogatório será feito, obrigatoriamente, pelo:

- A) juiz
- B) Ministério Público
- C) Comandante do local
- D) Oficial mais graduado

24. Em determinado processo criminal, a autoridade judiciária verificou que estariam presentes a prova do fato delituoso e indícios de autoria, bem como caracterizada a periculosidade do acusado. De acordo com o Código de Processo Penal Militar, pode ser decretada a:

- A) prisão em flagrante
- B) prisão aquartelada
- C) prisão disciplinar
- D) prisão preventiva

25. O militar Adolfo foi acusado do crime de deserção, tendo sido lavrado o termo exigido pela lei. Nos termos do Código de Processo Penal Militar, o termo de deserção tem o caráter de:

- A) investigação preparatória
- B) documentação definitiva
- C) ato facultativo próprio
- D) instrução provisória

26. O militar Pacheco foi comunicado da existência de possíveis fatos delituosos no âmbito da unidade que comandava. Para apurar o evento, instaurou sindicância que constatou efetivamente a realização de situações delituosas. Nos termos do Código de Processo Penal Militar, deverá ser iniciado inquérito policial militar mediante:

- A) ato
- B) decreto
- C) portaria
- D) memorando

27. O militar Evandro, vinculado à Polícia Militar do Estado de Sergipe, foi confrontado com interpretação de casos não previstos na legislação. Nos termos do Código de Processo Penal Militar, os casos omissos podem ser supridos, dentre outros, pelos usos e costumes:

- A) civis
- B) locais
- C) militares
- D) universais

28. Ao prestar serviço para a Justiça Militar, sediada em determinado município, o Oficial Nilton é cientificado de que um acusado está em situação de risco. Nos termos do Código de Processo Penal Militar, em benefício da segurança pessoal do acusado, pode ocorrer o:

- A) desmembramento
- B) desaforamento
- C) concurso
- D) conflito

DIREITO PROCESSUAL PENAL

29. De acordo com o Código de Processo Penal, a busca poderá ser domiciliar ou pessoal, devendo:

- A) a busca em mulher ser feita por outra mulher, ainda que importe retardamento ou prejuízo da diligência
- B) a busca, em casa habitada, ser feita de modo que não moleste os moradores mais do que o indispensável para o êxito da diligência
- C) o mandado de busca indicar, de forma expressa e precisa, a casa em que será realizada a diligência e o nome do respectivo proprietário ou morador
- D) a porta ser arrombada e a entrada forçada quando ausentes os moradores, sendo imprescindível a presença de vizinho para assistir à diligência

30. Sobre o tema prisão, o Código de Processo Penal estabelece que:

- A) a decretação da prisão preventiva será admitida nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima igual ou superior a 4 (quatro) anos
- B) o juiz não poderá, de ofício, revogar a prisão preventiva se, no correr da investigação ou do processo, verificar a falta de motivo para que ela subsista
- C) considera-se em flagrante delito próprio quem é encontrado pela autoridade em situação que faça presumir ser autor da infração
- D) nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência

31. A audiência de custódia, prevista tanto no Pacto de São José da Costa Rica quanto no Código de Processo Penal, assegura que toda pessoa detida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz, sem prejuízo de que prossiga o processo, e, nessa audiência, o juiz deverá, fundamentadamente,:

- A) conceder ao acusado liberdade provisória, mediante termo de comparecimento obrigatório a todos os atos processuais, sob pena de revogação, se verificar, pelo auto de prisão em flagrante, que o agente praticou o fato em qualquer das condições discriminantes previstas no art. 23 do Código Penal
- B) designar dia e hora para a audiência, ordenando a intimação do acusado, de seu defensor, do Ministério Público e, se for o caso, do querelante e do assistente na hipótese de recebimento da denúncia ou queixa
- C) proceder à tomada de declarações do ofendido, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, bem como aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado
- D) revisar a necessidade de manutenção da prisão preventiva, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal

32. Conforme previsão contida no Código de Processo Penal, logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:

- A) ouvir e ordenar a identificação do ofendido pelo processo datiloscópico
- B) proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou os costumes
- C) dirigir-se ao local e apreender os objetos que tiverem relação com o fato, antes da chegada dos peritos criminais
- D) colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência, além do nome e do contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa

33. Considerando o disposto no Código de Processo Penal, não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as condições ajustadas cumulativa e alternativamente, não se aplicando:

- A) nos crimes praticados contra a mulher, por razões da condição de sexo feminino, em favor do agressor
- B) se não for cabível transação penal de competência dos Juizados Especiais Criminais, nos termos da lei
- C) se houver elementos probatórios que indiquem conduta criminal habitual, reiterada ou profissional, ainda que insignificantes as infrações penais pretéritas
- D) caso o agente tenha sido beneficiado nos 5 (cinco) anos anteriores ao cometimento da infração, em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional da pena

34. O Código de Processo Penal estabeleceu, em relação às provas, que:

- A) o juiz não poderá fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, nas provas cautelares, não repetíveis e antecipadas
- B) são inadmissíveis as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais, devendo ser anulado o processo
- C) o início da cadeia de custódia dá-se com a preservação do local de crime ou com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de vestígio
- D) é proibida a entrada em locais isolados, bem como a remoção de quaisquer vestígios de locais de crime antes da liberação por parte da autoridade policial responsável, sendo tipificada como fraude processual a sua realização

35. As medidas cautelares previstas no Código de Processo Penal deverão ser aplicadas observando-se a:

- A) razoabilidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal
- B) adequação da medida à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do ofendido
- C) intimação da parte contrária, para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias, ressalvados os casos de urgência ou de perigo de ineficácia da medida
- D) proibição do emprego de força no caso de resistência ou de tentativa de fuga do preso

DIREITO ADMINISTRATIVO

36. O processo administrativo objetiva esclarecer fatos e aplicar sanções disciplinares, uma vez apurada a responsabilidade de servidores públicos por irregularidades. O seguinte entendimento é aplicado na esfera processual administrativa disciplinar:

- A) É dispensável a presença de advogado em todas as fases do processo administrativo disciplinar
- B) A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar prescinde da exposição detalhada dos fatos a serem apurados
- C) É constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo
- D) Ainda que robustamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é vedada a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima

37. As formas de provimento de cargo público podem ser divididas em originárias e derivadas. Nestas existe a que advém da invalidação por sentença judicial da demissão do servidor estável. Tal hipótese é denominada como:

- A) reversão
- B) recondução
- C) reintegração
- D) reaproveitamento

38. Quando o Estado provoca prejuízo a terceiro em virtude de comportamento omissivo, para que haja reparação do dano é preciso observar requisitos específicos. Aplica-se a seguinte teoria na aplicação da responsabilidade civil quando há descumprimento do dever genérico de ação do Estado:

- A) risco integral
- B) culpa integral
- C) risco administrativo
- D) culpa administrativa

39. A estrutura da administração é integrada por órgãos que desempenham funções públicas por meio de seus agentes. É um traço dessa unidade de competência que desempenha função estatal:

- A) possuir personalidade jurídica
- B) existir apenas na Administração Indireta
- C) ser criado a partir da descentralização administrativa
- D) apresentar em sua gênese a finalidade da especialização de funções administrativas

40. As ilhas são bens públicos que podem ser classificadas em categorias de acordo com a sua localização, implicando em diferentes titularidades. Em regra, as ilhas fluviais e lacustres pertencem:

- A) à União
- B) ao estado
- C) à federação
- D) ao município

41. O agir com ética, honestidade, probidade e boa-fé é um dever que compõe a moralidade administrativa. Nesse sentido, viola o princípio da moralidade:

- A) o pagamento de adicional noturno ao servidor público inativo
- B) a nomeação do cônjuge de prefeito para o cargo de Secretário Municipal
- C) o ato normativo municipal que dispõe sobre a participação em licitação de ocupantes de cargo em comissão
- D) a publicidade das campanhas dos órgãos públicos com caráter educativo em que constem nomes de autoridades ou personalidades cuja fama goze de notoriedade

42. O controle dos atos administrativo pode ser feito em diferentes esferas. No âmbito jurisdicional, o instrumento judicial que pode ser proposto pelo cidadão e o permite controlar a legalidade de atos administrativos e proteger o patrimônio público, o meio ambiente, a moralidade administrativa e o patrimônio histórico e cultural é:

- A) a Ação Popular
- B) o *Habeas Corpus*
- C) a Ação Civil Pública
- D) a Ação de Improbidade

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

43. A Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) apresenta diversos tipos de crimes sexuais, em que a vítima é uma criança ou um adolescente. Entre os delitos previstos no diploma especial, encontramos:

- A) facilitar o acesso de uma criança a material contendo cena de sexo explícito, com a finalidade de com ela praticar ato libidinoso; aliciar criança, por qualquer meio de comunicação, com o fim de com ela praticar ato libidinoso; armazenar vídeo que contenha cena pornográfica envolvendo adolescente.
- B) aliciar criança, por qualquer meio de comunicação, com o fim de com ela praticar ato libidinoso; armazenar vídeo que contenha cena pornográfica envolvendo adolescente; adulterar arquivo de áudio, simulando a participação de criança em evento de sexo explícito.
- C) armazenar vídeo que contenha cena pornográfica envolvendo adolescente; facilitar o acesso de uma criança a material contendo cena de sexo explícito, com a finalidade de com ela praticar ato libidinoso; adulterar arquivo de áudio, simulando a participação de criança em evento de sexo explícito.
- D) adulterar arquivo de áudio, simulando a participação de criança em evento de sexo explícito; aliciar criança, por qualquer meio de comunicação, com o fim de com ela praticar ato libidinoso; facilitar o acesso de uma criança a material contendo cena de sexo explícito, com a finalidade de com ela praticar ato libidinoso.

44. Marcílio violou medida protetiva de urgência fixada, com base no art. 12-C da Lei nº 11.340/2006, pelo delegado de Polícia Civil de sua cidade. Na ocasião, ainda agrediu a vítima, sua esposa, que era protegida pela medida, lesionando-a levemente. Analisando o caso proposto, Marcílio:

- A) ao descumprir a medida protetiva, cometeu crime previsto na Lei nº 11.340/2006, mas a lesão não configura crime previsto nessa mesma lei
- B) ao lesionar a vítima, cometeu crime previsto na Lei nº 11.340/2006, mas o descumprimento da medida protetiva não configura crime previsto nessa mesma lei
- C) seja ao descumprir a medida protetiva, seja ao lesionar a vítima, cometeu crimes previstos na lei nº 11.340/2006
- D) seja ao descumprir a medida protetiva, seja ao lesionar a vítima, não cometeu crimes previstos na lei nº 11.340/2006

45. Homero, motivado pelo gênero da vítima, constringe ilegalmente Artemis, com quem namora há um ano, com isso praticando crime do art. 146 do CP, cuja pena é de detenção, de três meses a um ano, ou multa. Nessa toada, Homero:

- A) poderá ser beneficiado pelo instituto da transação penal
- B) poderá ser beneficiado pelo instituto da suspensão condicional do processo
- C) não poderá ser beneficiado nem pela transação penal, nem pela suspensão condicional do processo
- D) poderá ser beneficiado pela transação penal e pela suspensão condicional do processo, sucessivamente

46. Alfredo possui legalmente uma arma de uso restrito, devidamente registrada em seu nome. Seu vizinho Bonifácio pede a arma emprestada, pois deseja matar um cachorro que late durante toda a noite. Alfredo, que eventualmente também é incomodado pelo animal, concorda e cede a arma temporariamente ao vizinho. Como agradecimento, Bonifácio dá a Alfredo a quantia de R\$ 200,00. A morte do cachorro não chega a ser executada, uma vez que Bonifácio desiste da ação, devolvendo a arma. Nesse contexto, Alfredo praticou o crime de:

- A) porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, que é um crime hediondo
- B) porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, que não é um crime hediondo
- C) comércio ilegal de arma de fogo, que é um crime hediondo
- D) comércio ilegal de arma de fogo, que não é um crime hediondo

47. Deolindo compra cocaína para consumo pessoal. Ao fazer uso de parte da substância em frente a uma escola, é abordado por um dos alunos, um adolescente de 12 anos de idade, que até então não o conhecia. O adolescente pede para usar a droga em conjunto com Deolindo, que assim permite, entregando-lhe a parte da substância que ainda não consumira. O adolescente recebe a droga, mas não chega a usá-la, pois policiais militares aparecem no local e prendem Deolindo. Nesse contexto, Deolindo praticou crime de:

- A) tráfico de drogas (art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006), sem aumento da pena
- B) tráfico de drogas (art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006), com aumento da pena
- C) oferecimento de droga para consumo conjunto (art. 33, § 3º, da Lei nº 11.343/2006), sem aumento da pena
- D) oferecimento de droga para consumo conjunto (art. 33, § 3º, da Lei nº 11.343/2006), com aumento da pena

**CONHECIMENTOS GERAIS SOBRE
O ESTADO DE SERGIPE**

48. Entre os Censos de 2010 e 2022, a população da Região Metropolitana de Aracaju, composta por quatro municípios, apresentou um crescimento superior a 10%. Por outro lado, a população de Aracaju, capital do estado e principal município da região, cresceu pouco mais de 5%. Essa diferença no ritmo de crescimento populacional pode ser explicada pelo(a):

- A) facilidade de acesso à moradia pelo baixo preço do solo urbano na capital
- B) fluxo de migrantes mais intenso para os municípios limítrofes a Aracaju
- C) entrave público existente na capital, que dificultou a recepção de migrantes
- D) segregação socioespacial presente nos demais municípios da região metropolitana

49. A economia do estado do Sergipe, com sua pequena dimensão territorial em comparação às demais unidades federativas do país, é uma das mais modestas do Brasil. Um desafio enfrentado pelo estado e uma possível solução são, respectivamente:

- A) o aproveitamento do potencial turístico do litoral e a retificação das falésias para controlar a erosão marinha
- B) a dependência hídrica da Amazônia e a arborização das margens hídricas da Bacia do rio São Francisco
- C) a macrocefalia urbana da capital e a remoção dos aglomerados subnormais para as periferias
- D) a hipertrofia do setor terciário e a atração de investimentos voltados à geração de empregos formais

50. Sergipe, a segunda menor unidade federativa do Brasil, é composta por 75 municípios. Apesar de suas reduzidas dimensões territoriais, ao longo da história e conforme os critérios adotados, diversas regionalizações foram propostas para o estado. Com relação à divisão regional definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que organiza Sergipe em regiões geográficas intermediárias e imediatas, é possível afirmar a existência de:

- A) duas regiões geográficas intermediárias (Propriá e Lagarto)
- B) duas regiões geográficas intermediárias (Aracaju e Itabaiana)
- C) cinco regiões geográficas imediatas (Estância, Propriá, Itabaiana, Lagarto, Nossa Senhora da Glória)
- D) seis regiões geográficas imediatas (Aracaju, Estância, Propriá, Itabaiana, Lagarto, Nossa Senhora do Socorro)

51. A capitania de Sergipe del Rei foi fundada por Cristóvão de Barros em 1590, após:

- A) aliar-se a alguns povos indígenas e derrotar a resistência de nativos e franceses
- B) expulsar os holandeses com auxílio de todos os povos indígenas da região
- C) formar-se um grupo de colônias açorianas em toda a extensão da futura capitania
- D) ocupar o território sem nenhuma contestação ou conflito

52. A etnia indígena remanescente em Sergipe teve sua demarcação de terra consolidada em fins do século XX. Isto ocorreu no município de Porto da Folha, nas áreas de Caiçara e Ilha de São Pedro, que passou a ser formalmente o território dos:

- A) Jê
- B) Xokó
- C) Cariri
- D) Uruma

53. Dentre as manifestações culturais sergipanas provenientes de tradições folclóricas, podemos destacar:

- A) Maculelê e Jongo
- B) Reinado e Macumbi
- C) Lambe-Sujo e Caboclinho
- D) Bumba meu boi e Cavalgada

LEGISLAÇÃO PMSE

54. O Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Sergipe tem por finalidade definir, especificar e classificar as transgressões disciplinares, além de estabelecer normas relativas a sanções disciplinares, conceitos, recursos, recompensas, bem como acerca do Procedimento Administrativo Disciplinar no âmbito das Corporações Militares Estaduais. A lei determina que é uma transgressão disciplinar de natureza grave:

- A) dormir em serviço, em situação que não caracterize infração penal, salvo quando devidamente autorizado
- B) utilizar-se do anonimato ou envolver indevidamente o nome de outrem para esquivar-se de responsabilidade
- C) deixar de cumprir ordem legal ou atribuir a outrem, fora dos casos legalmente previstos, o desempenho de atividade que lhe competir
- D) apresentar-se em trajes civis, mal uniformizado ou com este em más condições de conservação para ato de serviço ou em qualquer situação que exija o uso do uniforme

55. As sanções disciplinares serão aplicadas conforme a natureza, a graduação e as circunstâncias da transgressão. A medida excepcional, de conveniência da administração, que culmina no afastamento do militar, de ofício, do serviço ativo da Corporação, pelo reiterado cometimento de faltas ou pela sua gravidade, quando contar pelo menos 20 (vinte) anos de efetivo serviço, é chamada de:

- A) reforma disciplinar
- B) licenciamento a bem da disciplina
- C) destituição de função ou comissão
- D) suspensão das atividades militares

56. Ao policial militar poderá ser concedida licença nas hipóteses previstas no Estatuto da corporação. A concessão de licença para tratar de interesse particular:

- A) não implicará prejuízo na remuneração nem na contagem do tempo de efetivo serviço
- B) é prejudicada pelo gozo anterior de licença especial e de licença concedida para tratamento de saúde
- C) é conferida ao policial militar com mais de dez (10) anos de efetivo serviço para seu afastamento total
- D) não poderá ser interrompida para cumprimento da punição disciplinar, conforme regulado pelo Comandante-Geral da Polícia Militar

57. Indenização é o quantitativo em dinheiro devido ao servidor militar para ressarcimento de despesas episódicas decorrentes do exercício de sua atividade. A diária é uma modalidade de indenização que:

- A) é devida em função das movimentações de residência do servidor por interesse do serviço
- B) quando devida em função da alimentação do servidor, inclui os dias de partida e de chegada
- C) é destinada para custear despesas de viagem e de mudança de instalação, sempre que ocorrer por interesse do serviço
- D) será concedida quando o militar deslocar-se para realizar curso profissional da carreira e de interesse do serviço fora do Estado



58. A pensão militar é deferida em processo de habilitação junto à entidade gestora do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado de Sergipe, com base na declaração de beneficiários preenchida em vida pelo segurado a partir de uma ordem determinada de prioridade. Integra a terceira ordem de prioridade o:

- A) pai e a mãe dependente economicamente do militar
- B) tio, a tia e primos dependentes economicamente do militar
- C) irmão órfão dependente economicamente do militar até 18 anos de idade
- D) irmão órfão dependente economicamente do militar até 24 anos de idade, se estudante universitário

59. A Consultoria Jurídica é um órgão de direção da Polícia Militar do Estado de Sergipe que constitui o comando geral da corporação. A Consultoria Jurídica:

- A) é chefiada pelo Subcomandante Geral da Polícia Militar do Estado de Sergipe
- B) está inserida na estrutura da Ajudância Geral da Polícia Militar do Estado de Sergipe
- C) deve assessorar o Comando Geral por ocasião de inspeções, correições e auditorias que tenham como objetivo a PM/SE
- D) tem entre suas atribuições fiscalizar, julgar e impor sanções quanto às infrações disciplinares cometidas por integrantes da Corporação

60. Os círculos hierárquicos e a escala hierárquica na Polícia Militar são fixados de modo que, entre os praças especiais, existem aqueles que frequentam assiduamente o Círculo de Oficiais Subalternos. Trata-se dos:

- A) alunos-oficiais PM
- B) aspirantes a oficial PM
- C) aluno do curso de formação de sargentos PM
- D) alunos dos cursos de formação de cabos e soldados PM

RASCUNHO



REDAÇÃO

Leia os textos a seguir:

Texto 1

Art. 144 – “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”

Fonte: *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 22/11/2024

Texto 2

“Pela nossa Constituição de 1988, segurança pública é um direito fundamental e condição essencial para o exercício pleno da cidadania, com liberdade, equidade racial e de gênero; paz e valorização da vida e do meio ambiente. E, como direito, segurança precisa se traduzir em políticas públicas que se guiem pelos princípios da transparência, da participação social e do uso da Ciência para a redução de todas as formas de violência e desigualdades. Diante de tais premissas, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP defende reformas estruturais para a construção de um sistema de governança da segurança pública verdadeiramente eficiente, cidadão e democrático. Isso porque, a despeito das mudanças incrementais verificadas nas últimas décadas, que aumentaram a eficiência operacional e tecnológica das forças de segurança do país, a persistência de opções político-institucionais que valorizam um modelo de segurança reativo, reproduzidor de violências e inequidades e/ou que foca no combate bélico do crime e ao delinquente, impede que o tema seja tratado como uma política social universal e que precisa atingir toda população brasileira”

Fonte: *Segurança Pública como Direito Fundamental: diretrizes e propostas*. Texto adaptado. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/direito-fundamental-diretrizes-propostas-v10.pdf>. Acesso em 22/11/2024

A segurança pública é um direito constitucional, assegurado a todos os cidadãos brasileiros. Perante as mais diversas situações, é fundamental que o policial militar esteja muito bem preparado para conduzir os desafios do seu trabalho da melhor forma possível. Com base nos textos apresentados e em sua reflexão, produza uma redação dissertativo-argumentativa com base na seguinte questão:

Como promover um modelo eficiente e cidadão de segurança pública?

Orientações:

1. A redação deverá ter, no mínimo, **20 (vinte) linhas** e, no máximo, **30 (trinta) linhas**. As redações com extensão inferior a **20 (linhas)** serão zeradas.
2. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado e/ou que tiver extensão superior a **30 (trinta) linhas**.
3. A redação não poderá conter cópia dos textos motivadores.
4. Redija o texto com caneta esferográfica azul ou preta.
5. Utilize a norma-padrão da língua portuguesa.
6. A escrita deve ser legível. A redação ilegível receberá nota ZERO.
7. NÃO pule linhas e não dê espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos.
8. Transcreva o seu texto, à caneta, para a FOLHA DE REDAÇÃO, pois o rascunho NÃO será considerado para a correção.
9. Qualquer fragmento de texto fora do local indicado para a folha de redação será desconsiderado.
10. NÃO assine nem rubrique a FOLHA DE REDAÇÃO. Qualquer escrita, sinal, desenho, marca ou símbolo que possibilite a identificação do candidato é passível de nota ZERO.

Pontuação máxima: 60 pontos.



RASCUNHO DA REDAÇÃO
MÁXIMO DE 30 LINHAS

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	

RASCUNHO